

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## MARCOS E NARRATIVAS CORRENTES DE UMA LISBOA *POMBALINA*

Gustavo Pereira  
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa  
gustavopereira@fcs.unl.pt

**Resumo:** Lisboa. Na praça/Rotunda do Marquês de Pombal, uma imensa estátua (1934) representa o marquês olhando a cidade desde o topo da avenida da Liberdade (1879). Ao longe, lá embaixo; no centro do espaço mais emblemático da Baixa Pombalina (terreiro do Paço/praca do Comércio), vê-se uma estátua equestre (1775) que representa D. José (1750-1777) mirando o cais das Colunas, o rio Tejo e Cacilhas, na margem sul. No pedestal do monumento, há um medalhão com uma efígie de Pombal. Ao fundo e ao alto, no arco da rua Augusta (1875), veem-se nove estátuas, sendo uma do marquês. A meio da praça, no lado esquerdo, um painel evoca-o, por fim, em uma ilustração com o convite: “Viaje até a época pombalina. Visite o *Lisboa Story Centre* e descubra a visão inovadora que reconstruiu Lisboa”. Entre presente e passado, propõe-se apresentar neste texto um breve percurso crítico-reflexivo por uma cidade que constrói, preserva e cultiva uma herança dita *pombalina*. Atenta-se à conformação de marcos e narrativas e também aos usos desse passado – enfocando, em particular, o *Story Centre*, as tentativas de fazer da *Lisboa Pombalina* Patrimônio Mundial da UNESCO e a emblemática praça do Comércio, vinculada às narrativas sobre a reconstrução da capital após o terremoto (1755).

**Palavras-chave:** Cidade-patrimônio; documento/monumento; usos do passado.

### *Memórias da cidade*

Inaugurado em 2012, o *Lisboa Story Centre* se afirma uma “plataforma de conhecimento e interactividade que, inspirada nos factos e eventos que moldaram Lisboa – com particular enfoque no terramoto de 1755 e nos planos da Baixa Pombalina –, convida o visitante a descobrir o património de forma lúdica e interactiva”. O *centro de interpretação histórica* resulta de uma parceria entre a Associação Turismo de Lisboa e o Turismo de Portugal, com um investimento total de 3 milhões de euros, viabilizando o “projeto-âncora do novo terreiro do Paço”;<sup>1</sup> um espaço “inovador” que

desperta vários sentidos e dá a sentir alguns dos factos mais relevantes [...] sobre a rica e intensa história de Lisboa. Uma forma de interagir com Lisboa [...]; proporciona uma experiência de visita singular às memórias da cidade. [...] O visitante irá viajar no tempo como se percorresse um livro ilustrado trazido à vida. Através do uso de cenografia, multimédia e experiências sensoriais, são apresentados relatos dramáticos dos principais eventos [...] de uma forma lúdica e interactiva, respeitando, porém, a verdade histórica.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Público*, Lisboa, 04,17/09/2012; *Correio da Manhã*, Lisboa, 03/09/2012.

<sup>2</sup> “Visão...”; “Memórias da Cidade – o que é?”, *site* LSC.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Duas de suas seis áreas temáticas se relacionam à segunda metade do século XVIII, apresentada sob a perspectiva da influência pombalina. Anuncia-se, a tal respeito, que o visitante “será envolvido nos acontecimentos do trágico dia de Todos os Santos de 1755 e viverá a experiência imersiva do terramoto e das suas consequências”. Dado que no núcleo seguinte o marquês *compareça* por via holográfica, afirma-se que o visitante “participará depois com o marquês de Pombal na visão inovadora da reconstrução da cidade em termos urbanísticos e de organização”. O *Story Centre* ocupa parte de um dos prédios requalificados na praça do Comércio e, em diferentes suportes, exhibe dramática e cronologicamente versões sobre acontecimentos e personagens tido como emblemáticos da narrativa mais difundida sobre a capital. Expondo “do passado ao presente os principais eventos” nela decorridos, visa a afirmar a imagem de uma cidade culturalmente diversa, historicamente rica e com traçado urbanístico inovador, instruindo e entretendo estudantes e turistas; possibilitando-lhes *despertar* sensações, *interagir* com a cidade e *visitar* suas memórias.<sup>3</sup>

No seu sexto núcleo, mostra-se “a maquete da Baixa Pombalina, que possibilita a interação multimédia com variados acontecimentos”. Explora-se “a arquitetura da cidade e se proporciona a descoberta mais pormenorizada da sua história, incentivando a sua descoberta na atualidade”. Partindo de uma representação virtual, exibem-se curiosidades sobre episódios lá decorridos no passado e sobre a região no presente. Desenvolvem-se, por fim, sessões do que se decidiu chamar de *História ao Vivo*, em que se “simula aquilo que seria a oportunidade de encontrar, nos dias de hoje [...], através de uma conversa informal, [...] personagens históricas à escolha” – como o marquês.<sup>4</sup> Propõem-se, pela representação teatral, “o contato e o diálogo com uma personagem da história da cidade de Lisboa, que partilha memórias sobre a sua vida e sobre a cidade e o país”.<sup>5</sup>

A ideia de criar um “centro interpretativo da Baixa Pombalina” é sugerida ainda em 2004 pelo arquiteto João Mascarenhas Mateus (2004a), que propõe um espaço

que permita um percurso guiado ao longo da história deste sítio histórico. Um centro que recorra às novas tecnologias, incluída a da realidade virtual, com

---

<sup>3</sup> “Memórias da cidade – O que é?”, *site* LSC.

<sup>4</sup> “Memórias da cidade...”, *site* LSC; *Time Out*, Lisboa, 20/04/2017.

<sup>5</sup> *Performance teatral* para proporcionar “o encontro ao vivo com personagens que protagonizam capítulos da história da cidade de Lisboa. As figuras testemunham na primeira pessoa os hábitos e as escolhas que tomaram e que influenciaram o percurso da cidade e do país” (“Programa para grupos escolares”, *site* LSC).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

auxílio da fotografia, de filmes e documentários históricos, gravações de áudio que ajudem a uma transposição temporal e espacial do visitante.

Coordenador técnico da candidatura da Baixa à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, Mateus se destaca em atividades relacionadas ao dossiê que busca demonstrar o *Valor Universal Excepcional* da região.<sup>6</sup> Nesse ensejo, quer “atrair a atenção para este valor da Memória que está na base da riqueza e da importância da Baixa Pombalina, para Portugal e para a Humanidade”. Para ele, importa tornar a Baixa

um pouco mais nossa. Fazer com que a Memória passe a estender-se, a partir do evento, à estrutura espacial, às formas territoriais e à vida quotidiana. A Baixa Pombalina, na sua monumentalidade, apresenta um manancial de qualidades evocativas e como tal constitui um lugar de Memória e para a Memória, baseando-se sempre sobre eventos históricos que devem ajudar ao estabelecimento de um diálogo que estimule o conhecimento e a apreensão dos seus valores como sítio histórico-monumental (MATEUS, 2004b).

A entrada de Lisboa na Lista Indicativa de Portugal se deu em 2004. Desde 2016, contudo, a cidade conta com duas inscrições nessa etapa inicial e local do processo. Na primeira (*Lisboa Pombalina*), destaca-se o enfoque *pombalino*. Mas também na segunda, mais abrangente, fluida e cosmopolita (*Lisboa Histórica, Cidade Global*), recorre-se às ideias de inovação e modernidade (que caracterizariam, em suma, a reedificação *pombalina*) para comprovar o *Valor Universal Excepcional* da urbe.<sup>7</sup> Identifica-se, assim,

o palimpsesto da cidade, reconhecível nas diferentes camadas territoriais e culturais de uma urbe em permanente transformação. Dessa evolução, em constante adaptação a um relevo complexo e afeiçoando-se à pré-existência, resulta a Lisboa Histórica, singular entrelaçado de tecidos urbanos, testemunho de uma história milenar de intercâmbio de culturas, povos e religiões. Realça dois momentos da cidade que constituíram marcos decisivos na sua evolução – os Descobrimentos, no século XV, e o Terramoto de 1755 – momentos em que a cidade se atualizou adotando as correntes do pensamento inovador da

---

<sup>6</sup> Segundo a Convenção do Patrimônio Mundial, cabe ao Comitê do Patrimônio Mundial estabelecer, a partir da Lista Indicativa dos Estados-parte, a Lista do Patrimônio Mundial. O conceito de Valor Universal Excepcional é o fundamento dos bens inscritos. “World Heritage List Nomination”, *site* UNESCO.

<sup>7</sup> A empreitada parte 2002 da Câmara. A candidatura é validada em 2004, mas são necessários instrumentos de gestão e salvaguarda e não se avança. Em 2016, apresenta-se nova candidatura, mais abrangente e lata, que também não avança. Ver: “Candidaturas à UNESCO”, *site* CML; “Pombaline Lisbon”, “Historical Lisbon, Global City”, *site* UNESCO; *Público*, Lisboa, 28/02/2014, 10/10/2018; 18/10/2019.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Europa. A cidade medieval cresceu até ao rio e transformou-se na Cidade Global, que mais tarde se reconstruiu como iluminista.<sup>8</sup>

Quanto ao *Story Centre* (referido na primeira candidatura), mesmo que se evite descrevê-lo como museu histórico, sua proposta traz à tona tais instituições (ALMEIDA, 1993; KNAUSS, 2018). Ulpiano Bezerra de Menezes (1994, 12-39) destaca a função documental desses museus, que, mais que preservar e exhibir objetos do passado, devem problematizá-los, desvendando suas “construção, transformações e funções, trilhando o caminho inverso [ao] da fetichização, isso é, partindo do objeto para a sociedade”. Já os *living museums* (próximos da *História ao Vivo*) são “casos particulares de reconstrução e contextualização históricas”, tidos como panaceia para os museus. Partem, contudo, de uma noção de passado como substância em si, abordável sem mediações e reproduzível no presente. Nesse sentido, o visitante, alegadamente capaz de retornar ao passado,

se incompatibiliza, por isso mesmo, com o conhecimento, pois se anulam as distâncias [...]; processo profundamente antipedagógico, pois nos aprisiona no presente e, incapaz de nos fazer compreender a alteridade no que ela tem de específico, transforma esse presente no único termômetro capaz de tudo medir.

O historiador ressalta, por oposição, tanto o acesso mediado às representações do passado, quanto a problematização de seus vestígios – feitos documentos a partir de seleção, preservação e crítica. Daí se contrapõem suas palavras aos anúncios do *centro de interpretação histórica*, em que se propõem vivências, sensações e diálogos diretos com simulações de um passado que se busca exaltar, assimilando-o acriticamente ao presente.

A despeito de toda propaganda, focada em recursos *inovadores*, a história que lá se propõe contar não apresenta tantas problematizações que de fato contem. Quanto ao marquês (destacado na divulgação e na organização do espaço), como costuma ocorrer quando se pretende representá-lo de modo consensual, a despeito das polêmicas que ele evoca, é ressaltado por sua “visão inovadora que reconstruiu Lisboa”; afirmando-se personagem-símbolo de uma cidade que se pretende *inovadora, esclarecida, moderna*. Ademais da seleção do que se expõe sobre o período pombalino (diminuindo seu caráter polêmico), não se problematizam os anacronismos que tais representações implicam.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> “Candidaturas à UNESCO”, *site CML*, 2017.

<sup>9</sup> Quanto à *modernidade*: “depois do terramoto de 1 de novembro de 1755, a sua reconstrução sob o governo do marquês de Pombal serviu, na Europa e no mundo, para a criação da primeira cidade moderna do ocidente”. “Candidaturas à UNESCO”, *site CML*, 2017 [formulário].

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nota-se, pois, o interesse atualizado por determinadas narrativas e por aspectos específicos daquilo que a figura de Pombal traz à tona em Lisboa na atualidade. A capital se vale de uma alegada modernidade de seu passado (recordado e evocado a partir da figura recortada/construída do marquês) para se afirmar como destino atrativo e relevante – no presente, e também no futuro. O *centro de interpretação histórica* se situa na praça do Comércio; espaço monumental em que o governo pombalino se fez representar ao centro simbólico da capital que então se reconstruía. Espaço em que se baseiam, além disso, propostas correntes para classificar a cidade como Patrimônio Mundial.

## **Marcos comemorativos**

Atenta-se aqui a alguns monumentos *pombalinos* em Lisboa – destacados nos planos de valorização/preservação contemporâneos. Foca-se menos no histórico que evocam (e no modo como tal evocação se manifesta), e mais em sua relação com os pósteros. Ao considerar tais marcos, indaga-se, com Miguel Faria (1994, 51-52): ao lisboeta,

que leitura oferecem os itinerários urbanos percorridos na rotina do seu quotidiano? A cidade, dominada pelas imposições do tráfego rodoviário, que *sentido histórico* se encontra habilitada a transmitir ao seu habitante? O automobilista que se desloca da praça do Comércio ao Saldanha suspeita estar em trânsito num percurso carregado de *memórias* e espaços simbólicos consequentes a períodos determinantes do passado da cidade e do país?

Jacques Le Goff (2016 [1977-1982], 535-536, 442-466) entende por monumento “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Espécie de herança que tem “como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos”. Relaciona-se, assim, às formas de inscrição da memória – dirigindo-se ao presente e à posteridade. Ainda antes, Alois Riegl (2014 [1903], 36-42) define monumento como “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”. Ele fala de monumentos volíveis (desempenham originalmente uma função prospectiva) e não volíveis (seu *valor de memória* é outorgado pelos pósteros). Riegl ainda aponta que apenas a partir na Renascença, com “a formação de um novo valor de memória”, passa-se a apreciar monumentos (da Antiguidade) também por seu valor histórico, e não apenas por sua intenção recordativa.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Henri Lefebvre (2000 [1974], 255; 2008 [1970], 29-30), monumentos projetam uma imagem da comunidade almejando o autorreconhecimento de seus membros. Como Le Goff, ele aponta sua intenção/aparência de escapar ao tempo (transcendendo à morte) e seus aspectos repressivo e coesivo: se controlam seu entorno, é para reunir a comunidade em torno deles. No centro de “um espaço no qual se reconhecem e se banalizam os traços da sociedade, os monumentos inscrevem uma transcendência, um *alhures*”, proclamando outra dimensão nos percursos urbanos. Ponto forte de uma zona mais vasta, em sua leitura não se devem buscar significados determinados, e sim horizontes de sentidos variáveis no tempo.

Em sua acepção clássica, destaca-se a natureza afetiva: não se trata de apresentar “uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”. Entretanto, Françoise Choay (1999 [1989], 17-20) destaca que tal função memorial/evocativa paulatinamente perde importância e o termo assume sentidos relacionados à grandeza, à beleza e à técnica. Contudo, a questão da memória se mantém central para a reflexão em pauta. Ramalho Ortigão, interessado pela temática, entende que o monumento, obra de arte pública, transmite uma mensagem “de gerações mortas a gerações que vivem”, dando “ao povo um eterno e intangível tema de reflexão, de ensino, de simpatia e de concórdia absoluta”. Nesse sentido, ele se opõe a monumentos que possam “suscitar desavenças e transmitir rancores” (ou “históricos pontapés”) dos mortos aos vivos.<sup>10</sup>

O tipo de monumento voluntário em causa pode ser entendido como um meio de simbolizar o privilégio conferido por uma comunidade a indivíduos, eventos ou conceitos exemplares. Quanto à “monumentomania” que marca a Europa da segunda metade de Oitocentos (AGULHON, 1998; 1978), o fenômeno se relaciona à quebra do monopólio da representação monumental (vinculada às mudanças políticas de fins do século XVIII), possibilitando monumentos a indivíduos de diferentes estratos – não por ascendência, mas por mérito (BONNET, 1998; IHL, 2008; OZOUF, 2015 [1984]). Devido a seu papel na instrução e na propaganda em um período de ampliação da participação política e também de afirmação dos nacionalismos, inflaciona-se a proposta de estátuas, arcos triunfais e obeliscos; resultado e expressão de disputas (BERGGREN, 1999).

---

<sup>10</sup> *Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/05/1934 [1914] – quando ele escreve, está em questão a estátua de Pombal na Rotunda. Mais tarde, o texto foi publicado postumamente, logo após a inauguração do monumento.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Fernando Catroga (1999, 30-31), “as atitudes perante a morte que a modernidade foi gerando acentuam a monumentalidade funerária ao enfatizarem a memória como um segundo além imortalizador”. Na evocação de *grandes homens* defuntos, *representifica*-se uma sua imagem idealizada, posta a serviço das práticas identitárias da comunidade. Assim, pode-se falar, com Maurice Agulhon (1998), de uma *pedagogia do grande homem esculpido*. Além disso, dado que a “lembrança se inscreve numa experiência irreversível de tempo, ela é determinada pelo investimento mnésico dos vivos, o verdadeiro demiurgo dos deuses da memória” (CATROGA, 1999, 31); depende do juízo dos homens do presente/futuro sobre os méritos dos homens do passado, entendidos como seus antepassados.

As efígies de Pombal em tela remontam a um grande intervalo cronológico. Monumentos simbólicos, intencionais e datados, podem ser percebidas como um esforço para inscrever, em espaços públicos de Lisboa e em suportes que se pretendem perenes, determinadas representações do marquês. Um esforço relacionado a usos desse passado, evocado e comemorado em áreas emblemáticas de uma cidade que ainda reclama uma herança *pombalina*. Podem, também, ser percebidas como documentos/monumentos do período em que são propostas, construídas e inauguradas (LE GOFF, 2016 [1977-1982]), indicando como então se lida com narrativas/memórias sobre Pombal – que seleção se opera em seu histórico, que mensagens se visa a transmitir a coetâneos e pósteros. Daí a importância ressaltar o duplo sentido de *monumento*, atentando ao testemunho da/sobre a época de sua ereção e aos alhures ainda hoje evocados nos percursos quotidianos.

## **Praça do Comércio / Terreiro do Paço**

Além de quem por ali passa a caminho de outras partes da cidade, o espaço monumental, apontado como a praça mais importante de Lisboa, atrai muitos visitantes. Em desbotado tom de amarelo, suas três sóbrias alas de edifícios delimitam, com a Ribeira, uma grande área aberta e retangular. São quase 36 mil metros quadrados, em cuja parte central se encontra, sobre um grande pedestal de pedra, a estátua equestre de D. José, em bronze. Envolvendo o espaço como longos braços abertos ao Tejo, os prédios *pombalinos* se destacam por grandes arcadas contínuas, dois torreões paralelos (um em cada extremidade próxima ao rio) e um arco triunfal, ao centro, que enquadra o início da rua Augusta, a mais emblemática da Baixa. Acessível desde 2013, o topo do arco desperta o interesse

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos mais curiosos devido à visão privilegiada que proporciona: o rio Tejo, o Cristo Rei, a ponte 25 de Abril, o cais do Sodré, o bairro Alto, o Rossio, o castelo, a Sé, a praça.

Os edifícios que caracterizam a praça passaram por uma série de remodelações. Além de departamentos oficiais remanescentes, abrigam restaurantes, espaços multiuso, o *Lisboa Story Centre*, um núcleo do Museu de Lisboa – bem no local onde existiu, antes do terramoto, o Paço da Ribeira (razão de a zona ser referida como terreiro do Paço). Se no *centro de interpretação histórica* e no museu se narram acontecimentos lá decorridos no passado, nos dias que correm a praça é palco de atividades que congregam multidões: desde as festas do *réveillon* até o *arraial pride*, passando por protestos, concertos e celebrações. A região também atrai projetos que reforçam seu apelo turístico.

Destacados nas narrativas sobre a cidade, o terremoto e a reconstrução de Lisboa escapam ao foco deste texto. Como ressalta José-Augusto França (1989 [1977], 99-101), contudo, a partir do cataclismo, Pombal buscou impor “a ‘sua’ capital, [fazendo-a] palco e cenário” para sua ação. Muitos autores, apontando a catástrofe como ocasião por ele bem aproveitada, referem-se a suas medidas como um *terremoto político* – é o caso do historiador Oliveira Martins (1882 [1879], t. II, 172-183), para quem da hecatombe “nasceu o poder do marquês de Pombal [...]. Tudo havia a refazer, tudo se podia executar [...]. O terramoto fez-se, pois, homem e encarnou em Pombal, seu filho [...]. Não se reedificava Lisboa; erguia-se, no lugar da antiga, uma nova cidade”.

Central nos planos da cidade, entende-se que a praça do Comércio traduz o que se convencionou chamar, na historiografia, de *espírito pombalino*, coroando a reconstrução. Já a cerimônia de inauguração da estátua régia (ocorrida bem antes de as obras estarem concluídas) pode ser entendida como momento alto do governo. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro (2008 [2006], 316), culminava-se, então,

o esforço de autocelebração do reinado de D. José. A posteridade também não lhe negou os créditos [...]; permanece como a expressão mais emblemática e imponente de um tempo que nunca mais foi esquecido. O urbanismo pombalino perpetua-se, assim, como a imagem mais duradoura do reinado.

A ideia de que a reedificação se concluiu no período pombalino não corresponde, contudo, ao efetivo processo das obras – que se delongou no século XIX (DIAS, 2012; FARIA, 2008; LOUSADA, 2008). Como bem pontua França (1989 [1977], 102), entretanto, a cerimônia, organizada e presidida pelo marquês, “pôs (ou impôs) um ponto

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

final no discurso”, glorificando a empresa da reconstrução em um momento em que ainda havia muito a edificar; estando a própria praça, afinal, “menos de meio terminada”. No ritual, sucedido no espaço simbólica e efemeramente preenchido (com madeira, pano e gesso simulando os prédios e o arco ainda não construídos), cidade, praça e estátua se afirmavam uma homenagem ao monarca e a seu ministro – representado por um medalhão com sua efígie, colocado no pedestal do monumento régio.

Asseverou-se, então, a narrativa oficial acerca do reinado e também da capital pós-1755. As festas e seus impressos descritivos foram o auge do esforço de autopropaganda do pombalismo, indiciando a forma como se pretendia visto pelos coetâneos e recordado pelos pósteros; vinculando, de maneira duradoura e eloquente, o monarca e o ministro à reedificação idealizada (FARIA, 1994; 2008; 2009). Como indiciam as referências atuais à Lisboa reconstruída e a seu reedificador, aparentemente se logrou, nesse quesito, convencer grande parte dos indivíduos de fins do século XVIII e também da posteridade – repetindo-se, pois, ideias e chaves explicativas difundidas sob o governo do marquês.

José Gramoza, magistrado contemporâneo ao período pombalino, assevera, em manuscrito encontrado e publicado em 1882 (quando, devido às comemorações do 1º centenário fúnebre de Pombal, atualizam-se os debates em torno de seu passado), que Lisboa, na certeza de que o marquês foi “ativo instrumento” da reconstrução da cidade,

julgando prudentemente que quem pelos seus incomparáveis talentos e serviços tinha merecido toda a confiança e estimação do seu rei era congruente que o lugar que Sua Majestade lhe concedia e concede junto ao trono o ocupasse também no pedestal da real estátua, fez esculpir na frente dela a sua efígie de meio corpo, também de bronze.

Já para o crítico Camilo Castelo Branco (1982 [1882], 290), o medalhão se deveu a uma série de “patifarias que o marquês mandou praticar para se ver esculpido no monumento que ele a si mesmo erguia. *Statua statuae*, dizia o pasquim”. Luz Soriano (1867, 142) afirma a tal respeito que, após a cerimônia, estava

simbolizada, por meio de um monumento público erigido na primeira praça de Lisboa, a onipotência governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo; monumento que alguns dos contemporâneos da sua ereção mais julgaram ter sido realizado para nele se colocar o busto do marquês de Pombal do que para nele se pôr a estátua d’el-rei D. José, a respeito da qual alguns espíritos mordazes daquele tempo tiveram a ousadia de fazer e até mesmo de afixar num

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos pilares do enquadramento que cerca a referida estátua, o conceituoso pasquim, formado somente pelas seguintes palavras *statua statuae*.

Gramoza (1882) recorda que a honra do ministro durou pouco. Morto o rei, “o povo miúdo”, que conservava “no fundo do seu coração um grande rancor contra o marquês” (atribuindo “as atrocidades praticadas” durante o reinado a seu “mau coração”),

conspirava para que a dita efígie se arrancasse daquele lugar. Três dias se conservou naquele sítio uma grande quantidade do referido povo, clamando pelo dito arranco, atirando-lhe com pedras e imundícias. Do que tudo dando-se parte à rainha D. Maria I, determinou a mesma senhora que se tirasse o dito busto e que em seu lugar se fixasse uma tarja [...] com as armas do senado.

Para o conde de Carnota (1872 [1843], 298), os inimigos de Pombal “queriam fazer desaparecer da vista do povo tudo quanto pudesse contribuir para conservar a memória daquele ministro”. Na expressão de Pinheiro Chagas (1880, 147; s/d, 387-389), “tiraram o retrato do marquês de Pombal da memória do terreiro do Paço”. Contudo,

para demolirem a sua glória, não bastava arrancar o busto, era necessário arrasar de novo Lisboa, que ele erguera das ruínas mais bela do que nunca; era necessário derrubar a estátua que ele erigira ao rei que só fora grande porque o tivera ele ao seu lado, era necessário, enfim, arrancar as próprias armas de Lisboa, que tinham substituído o seu busto.

Na altura do centenário, recupera-se e se reproduz em jornais um documento histórico posterior ao desvalimento do marquês. No texto, afirma-se ser “geralmente reconhecido” que Pombal foi “o português que mais honrou a nação no século passado”. A seguir, pondera-se sobre a forma com que se lidou com sua imagem, buscando explicar questionamentos à assertiva apresentada:

não é menos sabido que a inconstância dos tempos e o capricho dos homens pretenderam denegrir na pátria o conceito que nunca fora dela foi disputado a tão ilustre gênio e fizeram, com ingratidão incrível, desaparecer a sua imagem no centro daquela mesma cidade que ele tinha feito renascer das cinzas para ser uma das mais belas capitais da Europa.

Não se trata, portanto, apenas da forma como se abordou o histórico de Pombal; têm-se em vista, também, os percalços por que passou sua representação no centro da Lisboa reconstruída. No passo seguinte, apresenta-se uma tomada de posição visando à correção de tal postura; “querendo, ao mesmo tempo, tributar ao grande homem a justiça que lhe é devida e apagar os vestígios de uma ingratidão de que a geração presente rejeita a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

responsabilidade e desaprova o erro”. Ou seja, distinguindo-se da forma como as gerações pretéritas lidaram com o ministro, busca-se, em nome da “geração presente”, retificar-lhes tal falha, resgatando sua efígie (como legado às gerações futuras).<sup>11</sup>

O documento data de 10 de outubro 1833. Por meio dele, D. Pedro, primeiro imperador do Brasil (D. Pedro I, 1822-1831) e quarto monarca de seu nome em Portugal (D. Pedro IV, 1826), decreta, enquanto regente luso (duque de Bragança, 1831-1834):

hei por bem, em nome da rainha, que a imagem em bronze do marquês de Pombal [...], que havia sido arrancada do pedestal da estátua equestre de meu augusto avô, de quem fora tão leal servidor e de quem tão zelosamente procurava honrar a memória, seja repostada no mesmo lugar.

Ademais, manda que, “por lembrança do dia em que se praticou esse ato de justiça se lhe ajunte por baixo, em letras de bronze, a inscrição seguinte: 12 de outubro de 1833” – detalhe nada insignificante, que combina, no monumento restaurado e atualizado, a celebração do marquês e a do regente, uma vez que era esse o dia de seu aniversário.<sup>12</sup>

Percebe-se, pois, como, antes mesmo do fim da guerra civil (1832-1834); antes de se findarem os confrontos com as tropas capitaneadas por D. Miguel (1828-1834), e logo após de novamente instalado (encerrado o interregno absolutista) um governo liberal em Lisboa, D. Pedro se associou à imagem e ao legado pombalinos – repondo o conjunto e se aproveitado da ocasião para nele incluir nova inscrição. Também por tal gesto (além de iniciativas que atualizavam medidas políticas pombalinas), vinculou o regime que se reafirmava à recuperação e à celebração da memória de Pombal, valendo-se da reposição de sua imagem no principal espaço monumental da capital reedificada.<sup>13</sup> Daí se dizer, em 1882, que tinha estado “reservado para o governo liberal o anular essa afronta feita não só ao marquês de Pombal, mas à cidade de Lisboa e a todo o país”.<sup>14</sup>

Se as obras de reedificação de Lisboa chegaram a um fim muito tempo após a morte do marquês, somente nos planos da época e em algumas ilustrações coetâneas o espaço apresenta feição próxima à originalmente planejada, simulada em construções efêmeras levantadas para os festejos de 1775 (completando visual e temporariamente os

---

<sup>11</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882

<sup>12</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882.

<sup>13</sup> Os liberais reclamavam, havia muito, uma herança pombalina, sobretudo devido a seus regalismo e antijesuitismo (atualizado no clericalismo crescente de Oitocentos) – o que se nota, por exemplo, já em discussões no pós-1820. Ver: ABREU, 2004; MATOS, 2010; TORRALBA, 1984.

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882. Sobre seu resgate no liberalismo, ver: MATOS, 2010.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

prédios e o arco que delineiam a praça). Seu aspecto atual não corresponde totalmente, portanto, aos esboços pombalinos – o que não se deve (apenas) a vandalismos, catástrofes ou desgastes, mas sobretudo a interesses e desinteresses políticos e econômicos.

Com o fim da ingerência de Pombal, alteraram-se, desde o princípio do reinado seguinte, as prioridades e o discurso do governo, o que se fez sentir no andamento e nos projetos das obras, e ainda nos usos do espaço.<sup>15</sup> Apesar da determinação régia que reduzia as atividades de construção em curso, os trabalhos prosseguiram – mas em um ritmo e com intenções diferentes, no que tocava o programa monumental pombalino, que não correspondia aos interesses e às necessidades do novo reinado (DIAS, 2012). Buscou-se concluir os edifícios iniciados e o cais das Colunas. O arco, pensado para coroar a estátua (emoldurando-a, reforçando a solenidade da praça), foi deixado de lado.<sup>16</sup>

O arco triunfal que hoje se vê se concluiu em 1873 e se inaugurou, após a colocação das estátuas, em 1875; sete anos antes do centenário pombalino, e cem anos depois da inauguração da estátua do rei, apresentando, então, desenho distinto do antes efemeramente assumido (FRANÇA, 1989 [1977]; FARIA, 2012). Trata-se de outro monumento: não mais o fechamento da praça do pombalismo/absolutismo, mas sim um símbolo do liberalismo. Não visando a coroar, simbolicamente, a estátua do monarca de Antigo Regime, tem por objetivo afirmar, no emblemático espaço monumental preexistente, apropriado, o regime predecessor. Na década de 1840, definiu-se o novo projeto: um arco maciço e dominante, para cuja face se previram as nove esculturas referidas (OLIVEIRA, [2011]). Dados os distúrbios que marcaram o período, tal projeto tardou a ser concluído – e novamente se recorreu a fechamentos e ornamentos efêmeros.<sup>17</sup>

No topo do arco, veem-se as enormes figuras alegóricas de virtudes liberais (a Glória coroando o Gênio e o Valor), acompanhadas da inscrição (em latim): “as virtudes

---

<sup>15</sup> J. E. Pereira (1991, 428) fala de uma “cidade interrompida, do risco de Razão que é esquecido”. Em 1777, D. Maria I, fez retirar o medalhão, suspender de grande parte das obras e desmanchar construções efêmeras que desde 1775 compunham/simulavam o cenário idealizado. Em 1780, ordenou a desocupação e a adaptação de edifícios que delineavam a praça a família real neles habitar, retornando à região do *Paço*.

<sup>16</sup> Geralmente percebida como um monumento pombalino bem acabado, a praça, para Faria (2008, 216), é um “remate inacabado [...], sendo na expressão das suas visíveis contradições muito mais um ‘rosto’ do que uma ‘máscara’, traduzindo nas várias fases da sua arrastada construção os avanços e recuos das situações pombalina e mariana de que o *non-finito* do programa monumental é testemunho esclarecido”.

<sup>17</sup> As colunas já estavam erguidas em 1815. O concurso para o definir o projeto liberal decorreu em 1843, delongando-se, entretanto, as obras. Em fins da década de 1860, o arco estava fechado, mas o monumento não estava concluído; faltava o remate, com as esculturas, iniciado em 1873.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos maiores, para que sejam exemplo para todos. Erguido por subscrição pública”. Em seus extremos laterais, há alegorias dos rios Tejo e Douro (representando a unidade do país, a partir de Lisboa e do Porto, cidades decisivas na vitória liberal). Ao meio, veem-se esculturas menores de quatro indivíduos (celebrados não pelo nascimento, mas por seu serviço à pátria), representando períodos e conquistas históricos cujo encadeamento se dá a entender ter culminado no liberalismo: Viriato (resistência aos romanos), Nuno Álvares Pereira (independência frente a Castela), Vasco da Gama (descobrimientos) e Pombal.

A seleção dos homenageados nesse pequeno panteão não foi pacífica e a inclusão do marquês deu motivo a controvérsia (MATOS, 1998). Afinal, a despeito de desde os momentos inaugurais do regime se recuperar sua figura, atualizando algumas de suas políticas e lhe prestando homenagens oficiais, seu nome se manteve fortemente ligado ao Antigo Regime. Em que pesem as críticas, contudo, o monumento assumiu, nesse quesito, a forma (liberal) planejada. Pombal segue representado no arco triunfal do liberalismo; última peça da baixa *Pombalina* edificada ao longo de muitos anos. Celebrado como responsável pela reconstrução, o marquês segura em suas mãos um rolo do papel que simboliza os planos da capital, sobre cujos escombros apoia os pés.

Na medida em que cumprem o propósito de preservar, inscrever e transmitir ao presente/futuro aspectos do passado, monumentos podem ser entendidos como *lugares de memória* (NORA, 2008 [1984-1992]). Para Catroga (2016 [2011], 22), contudo, “sua leitura só será *re-sucitadora* de memória se não se limitar à perspectiva gnosiológica e ‘fria’ (típica da leitura patrimonial, museológica e historiográfica) e se for afagada na partilha com outros”. Daí a importância de comemorações, que supõem a evocação pública e a rememoração coletiva de aspectos de um passado ainda relevante para um grupo, transmitindo e preservando sua memória (ALBUQUERQUE Jr. 2019; COTTRET & HENNETON, 2010; IHL, 2017).

Há, por um lado, monumentos que, visíveis no espaço urbano, revelam-se invisíveis no cotidiano da cidade – não cumprindo, pois, a função de transmitir aos cidadãos lembranças de seu passado. Por outro lado, há monumentos que, a despeito daquilo a que Le Goff e Lefebvre se referem como intenção/aparência de eternidade; como suposição/vontade de escapar ao tempo e à morte, não resistiram de pé ou integralmente – devido a calamidades, a obras públicas, a mudanças políticas, ou ao

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

capricho, ao voluntarismo e ao justicamento dos pósteros.<sup>18</sup> Em 1882, Ortigão afirma: “quando chegar a hora da justiça, não é a estátua do marquês de Pombal que se há de erigir; é a de D. José que se há de apeiar”.<sup>19</sup> Apesar do irônico vaticínio, D. José não apeia.

Nesta reflexão, pontuaram-se certas modificações por que passou o espaço lisboeta aqui em pauta. Na inauguração da estátua, afirmaram-se o discurso e a memória oficiais do pombalismo, a partir do conjunto monumental e de seu enquadramento. A despeito de se esperar que tal mensagem transcendesse a própria morte, o falecimento do rei marcou uma ruptura, que se expressou também no monumento. A retirada do medalhão se vinculou ao desvalimento e à desgraça do antes poderoso ministro – já então encarado como um passado negativo, passível de releitura e reenquadramento. Buscou-se, como desafronta pelas violências decorridas em seu ainda recente governo (julgadas abertamente, então, como de sua responsabilidade direta), suprimir do monumento régio e da memória do reino a efígie com que se visava a comemorar e eternizar a sua figura. Tratou-se, pois, de uma forma peculiar de intervenção memorialista, apagando e reinscrevendo de forma distinta o passado ali representado.

Os protestos de 1777 foram, talvez, a única contestação direta ao conjunto monumental com consequência marcante (ainda que relativamente breve). Voltaram-se contra a representação do ministro, mas respeitaram a do monarca – a despeito das ondas iconoclastas e das mudanças de regime que marcaram o período subsequente (FARIA, 2012). No fim das contas, quando mais de uma vez chegou a “hora da justiça”, não se destruiu a estátua de D. José, mas primeiro se retirou, e depois se recuperou a efígie de seu célebre e polêmico ministro. A reposição, processo também apresentado como um ato de justiça/desafronta e reenquadramento de memória, associou-se a uma releitura de seu histórico; à reclamação de uma determinada herança pombalina a que então se queria vincular, política e simbolicamente, o liberalismo. Tal processo assinalou outra alteração no monumento, a que a ocasião e a justificativa emprestaram teor liberal. Ademais, inscreveu-lhe uma legenda em bronze; mensagem extemporânea, pontuando novo marco no conjunto, de tal modo restabelecido e também reenquadrado.

---

<sup>18</sup> G. Verheij (2014, 37), refletindo sobre a destruição e a remoção de estátuas, fala de uma “manifestação involuntária da própria historicidade na obra”. Deslocadas do contexto original, evidenciam mudanças e deslocamento de sentido. Por vezes, inscrevem/evocam no espaço público um passado/uma mensagem que não mais se quer preservar/recordar, e sim esquecer/substituir/destruir. Ver: BEIGUELMAN, 2019.

<sup>19</sup> *As Farpas*, Lisboa, jun-jul, 1882.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No entanto, se a retirada e a recolocação impactaram os coetâneos, na atualidade tais traços relativos à historicidade do monumento escapam à maior parte daqueles que visitam a praça-símbolo da Lisboa *pombalina*. Na zona térrea, o medalhão, acessível ao olhar dos transeuntes, passa-lhes despercebido. Situada no alto do arco da rua Augusta, mas um pouco abaixo de seu topo – de onde se observam a praça e o rio de um ponto de vista privilegiado, mas em sentido invertido em relação àquele planejado para o conjunto monumental –, a estátua do marquês é ainda menos notada. Ambos são, na prática, quase invisíveis no cotidiano; encarados como pormenores no amplo e bastante movimentado espaço monumental *pombalino*, e não como monumentos intencionais em si mesmos. Não cumprem devidamente, assim, sua função *co-memorativa*.

A ideia de uma Lisboa reconstruída/*pombalina*; a narrativa (também *pombalina*, importa ressaltar) mais difundida acerca da reedificação da cidade (simbolizada em sua praça, celebrizada em fotografias, livros, anúncios turísticos...), contudo, revela-se um dos mais eloquentes monumentos a/de Pombal – como demonstra o discurso mobilizado nos textos de divulgação do Lisboa *Story Centre* e nos projetos visando a comprovar o *Valor Universal Excepcional* da Lisboa *pombalina*, elevando-a ao *status* de Patrimônio Mundial da UNESCO. Já sua estátua na Rotunda, “inaugurada” em 1882 (Liberalismo) e terminada apenas em 1934 (Estado Novo), impõe-se, enorme, incontornável e altiva, em outro espaço monumental lisboeta, que do marquês recebe seu topônimo mais usual. Trata-se de uma homenagem/comemoração distinta; um documento/monumento de um passado e de uma memória diferentes – assunto para outro percurso crítico-reflexivo.

## Bibliografia

- ABREU, L. M. *Ensaaios anticlericais*. Lisboa: Roma, 2004.
- ALMEIDA, F. “Musée d’histoire, histoire dans les musées”. *Vingtième siècle*, v. 37, 1993.
- AGULHON, M. “Nouveaux propos sur les statues de grands hommes au XIX s.”. *Romantisme*, 100, 1998.
- \_\_\_\_\_. “La ‘statuomanie’ et l’histoire”. *Ethnologie française*. T. 8, n. 2/3. 1978.
- ALBUQUERQUE Jr., D. M. *O tecelão dos tempos*. São Paulo: intermeios, 2019
- BEIGUELMAN, G. *Memória da amnésia. Políticas do esquecimento*. São Paulo: SESC, 2019.
- BERGGREN, L. “The ‘monumentomania’ of the Nineteenth Century: causes, effects and problems of study”. In: REININK, W. & STUMPEL, J. (ed.) *Memory & oblivion...* Dordrecht, 1999.
- BONNET, J.-C. *Naissance du Panthéon: essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.
- KNAUSS, P. “Quais os desafios dos museus em face da história pública?” In: BORGES, V. T., MAUAD, A. M. & SANTHIAGO, R. (orgs.) *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018.
- [CARNOTA, conde da] SMITH, J. *Memórias do Marquez de Pombal...* Lisboa: 1872 [1ª ed. inglês 1843].
- CASTELO BRANCO, C. *Perfil do marquês de Pombal*. Porto: Lello & irmão, 1982 [1882].
- CATROGA, F. *Céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina, 2016 [2011].
- CHAGAS, M. P. *História Alegre de Portugal...* Lisboa: David Corazzi, 1880.
- \_\_\_\_\_. *História de Portugal (popular e ilustrada)*. v. X. Rio de Janeiro: Escriptorio da Empresa, s/d.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001 [1ª ed. francês 1992].
- COTTRET, B. & HENNETON, L. “La commémoration, entre mémoire prescrite et mémoire proscrite”. *Du bon usage des commémorations*. Rennes: PUR, 2010.
- DIAS, C. “A Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio*. Lisboa: INCM, 2012.
- FARIA, M. F. “6 June, the king’s birthday present: an insight into the history of royal monuments in Portugal at the end of the *Ancien Régime*”. In: CHASTEL-ROUSSEAU, C. (ed.) *Reading the royal monument in eighteenth-century Europe*. Farnham: Ashgate, 2009.
- \_\_\_\_\_. “A estátua equestre, *in absentia principis* e o rei escondido”. In: FARIA, M. F. (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de um espaço urbano*. Lisboa: INCM, 2012.
- \_\_\_\_\_. “O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa”. *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Lisboa: UAL, 1994.
- \_\_\_\_\_. “A Praça Real do Tejo”. In: FARIA, M. F. (org.) *Praças Reais. Passado, presente e futuro*. Lisboa: Horizonte, 2008.
- FRANÇA, J.-A. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: ICLP, 1989 [1977].
- GRAMOZA, J. P. F. *Successos de Portugal...* Lisboa: Diário da Manhã, 1882.
- IHL, O. “Commemoratio”. *L’Observatoire*, n. 50, 2017.
- LEFEBVRE, H. *La production de l’espace*. Paris: Anthropos, 2000 [1974].
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 [1970].
- LE GOFF, J. *História & Memória*. Campinas: Unicamp, 2016 [1ª ed. italiano, 1977-1982].
- LOUSADA, M. A. “As praças como lugares de sociabilidade: práticas e representações”. In: FARIA, M. F. (org.) *Praças Reais. Passado, presente e futuro*. Lisboa: Horizonte, 2008.
- MARTINS, J. P. O. *História de Portugal*, t. II. [3ª ed. aumentada] Lisboa: Bertrand, 1882.
- MATOS, S. C. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*. Lisboa: Colibri, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Pombal, da Revolução Liberal ao Estado Novo”. In: SILVA, J. P. P. (coord.) *Pombal e o seu tempo*. Sintra: Caleidoscópio, 2010.
- MATEUS, J. M. “Imagem e memória da Baixa Pombalina”. In: CARIA, H. (coord.) *Baixa Pombalina: 250 anos em imagens*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004a.
- \_\_\_\_\_. “Resultados e conclusões”. In: MATEUS, J. M. (ed.) *A Baixa Pombalina e sua importância para o Património Mundial. Comunicações...* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004b.
- MENEZES, U. T. B. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. *Anais do Museu Paulista*, n. ser. v. 2, 1994.
- MONTEIRO, N. G. D. *José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates, 2008 [2006].
- [NORA, P.] *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu: Trilce, 2008 [1984-1992].
- OLIVEIRA, P. M. “O arco da rua Augusta – monumento do Liberalismo”. [s/e] [2011].
- OZOUF, M. “Le Panthéon: l’école normale des morts” [1984]. *De Révolution en République*. Paris: Gallimard, 2015.
- PEREIRA, J. E. “Identidade Nacional. Do reformismo absolutista ao liberalismo”. In: BETHENCOURT, F. & CURTO, D. R. *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991.
- RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos...* São Paulo: Perspectiva, 2014 [1ª ed. em alemão 1903].
- SORIANO, S. J. L. *História do reinado de El-Rei Dom José...* t. II. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.
- TORGAL, L. R. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas”. In: SANTOS, M. H. C. (coord.) *Pombal Revisitado...* v. I. Lisboa: Estampa, 1984.
- VERHEIJ, G. “Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatuária de Lourenço Marques”. *Actas do IV Congresso de história da Arte Portuguesa...* APHA, 2014.

## Periódicos

- As Farpas*, Lisboa, jun-jul, 1882.
- Correio da Manhã*, Lisboa, 03/09/2012.
- Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/05/1934 [1914].
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 06/04/1882;
- Público*, Lisboa, 04,17/09/2012; 28/02/2014, 10/10/2018; 18/10/2019.
- Time Out*, Lisboa, 20/04/2017.

## Sites

- CML – Câmara Municipal de Lisboa. *Candidaturas à UNESCO*, 2017. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco> [acesso em 29/12/2019]. [Baixa Pombalina de Lisboa] *Formulário*; [Lisboa Histórica] *Proposta*; [Lisboa Histórica, Cidade Global] *Formulário*.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- LSC – Lisboa Story Centre. “Visão – posicionamento – promessa”; “Serviço educativo – Visita”; “Memórias da cidade – O que é?”; “Programa para grupos escolares, 2018/2019”. Disponível em: <https://www.lisboastorycentre.pt/> [acesso em 10/11/2019].
- UNESCO, World Heritage Convention. *Convention Text*. “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” [1972]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [acesso em 29/12/2019].
- \_\_\_\_\_. “Historical Lisbon, Global City”. *Tentative Lists*, Portugal. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6208/> [acesso em 29/12/2019].
- \_\_\_\_\_. “Pombaline Lisbon”. *Tentative Lists*, Portugal. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6226/> [acesso em 29/12/2019].